

LIMITES DA “DEMOCRACIA PROCEDIMENTAL” NA AMÉRICA LATINA¹

Eliei Machado²

RESUMO

Este artigo está dividido em duas partes: na primeira, apresentamos sumariamente as principais discussões em torno da “democracia procedimental” a partir do resgate “teórico” schumpeteriano sugerido por Samuel Huntington (1994), que, a nosso ver, “molda” as “democracias realmente existentes” no subcontinente latino-americano. Na segunda parte, elaboramos uma crítica teórica aos ideólogos da “democracia procedimental”, tendo por base algumas contribuições marxistas que, embora concordem com a “descrição” apresentada pelos “elitistas”, criticam o que eles ocultam: o caráter de classe subjacente das democracias capitalistas.

Palavras-chave: América Latina. Democracia procedimental. Democracias burguesas.

¹ Este artigo é uma versão substancialmente modificada e adaptada de um dos capítulos de nossa tese de doutorado *Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90: lutas sociais na contramão do neoliberalismo* (PUC/SP, 2004).

² Professor de Ciência Política da Universidade Estadual de Londrina (PR), coordenador do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL), pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP) e membro do *GT História Reciente* do CLACSO.

ABSTRACT

This article is divided in two parts: in the first, we summarize the principle discussions on “procedural democracy” based on the Samuel Huntington’s (1994) theoretical” revisiting of Schumpeter, which, in our opinion, “shapes” the “actually existing democracies” in the Latin American subcontinents. In the second part, we elaborate a theoretical critique of the ideologues of “procedural democracy,” based on some Marxist contributions which, although they agree with the “description” presented by the “elitists,” criticize what they hide: the underlying class character of capitalist democracies.

Key words: Latin América. Procedural democracy. **Bourgeois democracy.**

Neste texto, propomo-nos a discutir, teoricamente, a “democracia realmente existente” – ou “procedimental” – na América Latina: os regimes democráticos implantados em meados dos anos 1980 e início dos 1990 têm guarida teórica e política principalmente em Schumpeter (1961). As suas contribuições serviram de munição política e ideológica para a chamada “nova direita”, com destaque para a norte-americana.³

O pano de fundo que orienta as principais idéias apresentadas aqui é o seguinte: as democracias e as ditaduras são valores de classe e, como regimes políticos, são formas de dominação. Dependendo da correlação de forças entre dominantes e dominados, em determinadas conjunturas nacionais e/ou internacionais, tanto um quanto outro regime podem servir à dominação de uma classe sobre as demais. Sem nos esquecermos da presença do imperialismo, a história política da América Latina está recheada de exemplos que mostram que as classes dominantes da região não se dispõem a ir até as últimas conseqüências na defesa dos regimes democráticos, quando estes apresentam sinais de crise.⁴

Não é difícil de observar um fato curioso nos processos de implantação das democracias latino-americanas: a participação eleitoral de políticos oriundos das

³ Esclarecemos de antemão que as “democracias realmente existentes” foram reduzidas a procedimentos para a escolha (entre os escolhidos) dos líderes políticos. Em termos schumpeterianos, trata-se de um método para a eleição das elites que governarão.

⁴ Apenas a título de ilustração, uma série de golpes militares assolou a América Latina nos anos 1960 e 1970: Peru (1962), Brasil e Bolívia (1964), Argentina (1966 e 1976), Equador (1972), Chile e Uruguai (1973).

ditaduras militares em postos importantes do aparelho estatal como ministros, senadores, deputados, presidentes, vice-presidentes, governadores, prefeitos etc.⁵ Com esta constatação, uma questão elementar se coloca: ao participarem dos regimes democráticos, os líderes e/ou ideólogos dos regimes militares tornaram-se democratas convictos? Ou as mudanças estão nas democracias implantadas? Procurando compreender este fenômeno político global, Finley afirma:

Hoje, no mundo ocidental, todos se consideram democratas. Esse fato representa uma extraordinária mudança com relação à situação predominantemente há cento e cinquenta anos. Em parte, isso se tornou possível graças a uma drástica redução no elemento de participação popular que havia na concepção original grega de democracia. A disseminação de uma teoria justificando tal redução contribuiu muito, no campo ideológico, para que ela ocorresse. A teoria elitista, como é usualmente chamada, sustenta que a democracia só pode funcionar e sobreviver sob uma oligarquia *de facto* de políticos e burocratas profissionais; que a participação popular deve ser restrita a eleições eventuais; que, em outras palavras, a apatia política do povo é algo bom, um indício de saúde da sociedade (FINLEY, 1988, p. 11).

Antes de prosseguirmos, cabe uma advertência ao leitor: a ênfase nas discussões empreendidas aqui é mais teórica que “empírica”, porém não abrimos mão completamente de recorrer a alguns fatos ou episódios conjunturais para ilustrarmos determinados processos políticos.

AS “DEMOCRACIAS REALMENTE EXISTENTES”

Em meados dos anos 1970, os teóricos “elitistas” apontaram seus desencantos com a democracia devido ao “excesso” de demandas populares que, em decorrência, gerou uma crise dos regimes democráticos, entre 1945 e 1970. Os “elitistas” diziam que, em seus países, o Estado havia esgotado sua capacidade

⁵ Só para ficarmos no caso brasileiro, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), por exemplo, o presidente do Congresso Nacional era nada menos que o “cacique” baiano Antônio Carlos Magalhães, enquanto a Câmara dos Deputados era presidida por seu filho, Luís Eduardo Magalhães. O senador baiano foi prefeito de Salvador e governador da Bahia (cargos indiretos) durante a década de 1970, sob os auspícios do presidente Emílio Garrastazu Médici. Há outros líderes políticos provenientes desse período e que seguiram fazendo carreira política no regime democrático: José Sarney, Marco Maciel, Paulo Salim Maluf, Inocêncio de Oliveira, Delfim Netto, Roberto Campos (falecido), Fernando Collor de Mello e outros.

financeira para atender as demandas sociais. Os Estados Unidos, o Japão e a Europa estavam condenados a uma crise, ou melhor, a uma “*crisis of democracy*”.⁶

Embora Anderson (1995) sustente que o escopo teórico do neoliberalismo se encontra, fundamentalmente, nas formulações de Hayek (1984), em *O caminho da servidão*, consideramos, por outro lado, o relatório da Comissão Trilateral a síntese político-ideológica das forças neoliberais com capacidade político-militar de impor o novo padrão de acumulação capitalista sobre as demais classes e frações de classe não-hegemônicas e opostas ao projeto neoliberal.⁷

Sobre o terreno da “nova direita”, os debates em torno da democracia deveriam ser desprovidos da paixão política e das utopias que envolvem muitos militantes, principalmente de esquerda. A análise teórica deve ser fria e calculista. Dessa maneira, o funcionamento de uma democracia “procedimental” permite

a precisão analítica e os referenciais empíricos que tornam utilizável o conceito. Diminuíram sensivelmente as acaloradas discussões sobre a democracia em termos de teoria normativa, pelo menos nas discussões acadêmicas dos Estados Unidos, sendo substituídas pelas tentativas de entender a natureza das instituições democráticas, como funcionam e quais as razões para seu desenvolvimento e colapso. O esforço principal era fazer da democracia uma palavra menos “oba-oba” e de mais bom senso (HUNTINGTON, 1994, p. 16-17).

Huntington é um dos “neoconservadores” que se propõe a uma análise descritiva da democracia, portanto encontraremos nele uma tentativa de desqualificar as formulações teóricas e políticas da democracia de caráter mais popular, denominada por ele de “oba-oba” (HUNTINGTON, 1994, p. 17). Não obstante se pretenda “descritivo”, enseja vários juízos de valor sobre as tentativas históricas de construção de modelos alternativos ao liberalismo, além de expressar simpatia pelos regimes ditatoriais que praticaram o chamado “livre mercado”. Nesse ponto, o autor restringe o debate aos supostos problemas de “governabilidade”, “déficit orçamentário”, “excesso de demandas” e “perda da autoridade” durante o *Welfare State*, entre o pós-guerra até meados dos anos 1970.

⁶ *The crisis of democracy* foi o título do relatório escrito sob encomenda para a Comissão Trilateral, uma organização internacional fundada sob os auspícios de David Rockefeller e Zbigniew Brzezinski, em 1973, que reunia mais de 200 representantes dos maiores consórcios econômicos do mundo. Sobre as metas político-ideológicas da Comissão, pode-se consultar, entre outros, Petras (1993).

⁷ Referimo-nos primordialmente aos países dependentes que sofreram golpes militares nos anos 1960 e 1970.

Expliquemo-nos melhor: os teóricos neoconservadores passaram a argumentar, nos anos 1970, que o “bem público” poderia ser promovido e defendido pelo mercado, retirando do Estado tanto o monopólio da promoção quanto da definição do que é ou não “política pública”. Acreditavam que o próprio “espaço público”, onde se produz a democracia, se redefiniria, já que ele se constitui numa rede complexa de interesses, de interações e de escalões de intervenções políticas.

“A crise da democracia”, segundo seus autores, ocorreu porque a participação popular nas decisões governamentais produziu déficits orçamentários que contribuíram com tendências inflacionárias na economia. O aumento do nível de sindicalização e as greves por melhores salários nos Estados Unidos fizeram com que, segundo Huntington (1975, p. 103), em 1970 ocorressem 412 greves contra 28 em 1961. As críticas ao “excesso de democracia” dos anos 1960 e 1970 sugeriam a necessidade de restringi-la, de limitá-la a procedimentos que resguardassem os Estados capitalistas da insolvência financeira e das crises orçamentárias. De um lado, enquanto priorizavam de forma absoluta o combate à inflação, por outro insistiam na necessidade de rever os dispositivos institucionais da democracia que inviabilizavam a governabilidade. Assim, a “segunda onda democrática” (1945-1960) vivia sob uma “crise de governabilidade”.⁸ Para salvar o capitalismo, suprimiu-se a democracia.

Em linhas gerais, estas foram orientações que nortearam as ações políticas de desregulamentação e privatização dos governos Thatcher e Reagan no final dos anos de 1970.⁹ Evidentemente que elas não se restringiram aos países desenvolvidos

⁸ As metáforas das “ondas democráticas” e “ondas reversas” são de Huntington (1994). Não deixam de ser sugestivas e devem chamar a atenção daqueles que acreditam na consolidação da democracia na América Latina. Ainda que em uma perspectiva teórica diferente da dele, concordamos que, assim como as ondas do mar, as “ondas democráticas” vêm e vão. O que não sabemos é o tempo de duração da atual “onda democrática” que, para nós, se inicia em meados dos anos 1980.

⁹ Segundo Nun (2001, p. 108), as principais conclusões do relatório da Comissão Trilateral influenciaram no discurso e na prática da nova direita que chegava ao poder na Inglaterra em 1979, sob o comando de Margaret Thatcher: “La lucha contra la inflación reemplazaba al pleno empleo como nuevo eje central de la política económica; la primacía que se le había otorgado hasta entonces a la igualdad como valor colectivo era expresamente cuestionada; y se intentaba poner por primera vez en el banquillo de los acusados al Estado de Bienestar de la posguerra. (...) Se iniciaba así un giro ideológico radical, al que la crisis del comunismo y la mundialización creciente de las relaciones económicas iban a darle un impulso decisivo. Hasta entonces (y gracias, en buena medida, a los planteos keynesianos), se entendía que era de interés general concebir al salario de los trabajadores no sólo como un costo sino también como un ingreso, del cual dependía

imperialistas e subimperialistas, mas se tornaram quase um padrão para todos os países recém-saídos dos regimes militares e que ingressavam na democracia. Mas, qual democracia?

Se a democracia é tão-somente um meio de escolha daqueles que governam, procurou-se esvaziá-la ao máximo, justificando-se pelo “desencanto” com a crise que supostamente provocou nos anos de 1960 e 1970. O esvaziamento da participação popular permite que representantes políticos da burguesia assumidamente antidemocráticos a defendam e a ajustem aos seus interesses minoritários. A fim de evitar novas crises de “governabilidade”, esses teóricos sugerem limites ao seu funcionamento, bem como não se importam que isso gere apatia política dos cidadãos. Ao contrário, sustentam que a apatia é desejável à estabilidade do regime.

Os “neoconservadores”, de modo geral, buscaram suas inspirações teóricas e ideológicas em Joseph A. Schumpeter (1961). Um de seus principais argumentos é que a democracia deve ser definida como um “mercado político”: os partidos políticos correspondem às empresas, as promessas eleitorais são as mercadorias, os eleitores são os consumidores, e o voto corresponde à moeda de compra das promessas políticas. Como esse mercado também se encontra monopolizado, a democracia ideal não existe, mas apenas a poliarquia.¹⁰ Nesse sentido, “a democracia moderna cresceu passo a passo com o capitalismo e foi dele consequência”. Embora lhe falte evidência histórica para sustentar tal afirmação, Schumpeter conclui:

A democracia, no sentido da nossa teoria de liderança competitiva, presidiu ao processo de transformações políticas e institucionais, através do qual a burguesia modificou e, do seu próprio ponto de vista racionalizou, a estrutura social e política que precedeu à sua ascensão: o método democrático foi a arma política dessa reconstrução. Já vimos algures que o método democrático trabalha, com eficiência superior, também em certas sociedades extra e pré-capitalistas. A democracia moderna, todavia, é produto do sistema capitalista (SCHUMPETER, 1961, p. 359-360).

Ao pensar seu modelo de democracia procedimental para os países de capitalismo avançado, Schumpeter deixa em aberto o seu “sucesso” para os

la salud del consumo en los mercados domésticos. Ahora, especialmente las grandes empresas se dedicaban a operar a escala global (...), trataban al salario sobre todo como un costo – y un costo que había que reducir. Algunos de los resultados no se hicieron esperar: aumentaron la desocupación, el subempleo, la precarización laboral y la pobreza”.

¹⁰ Essa tese não é de Schumpeter, mas de Dahl (1989).

países dependentes. Mas Huntington procurou justificar a procedência do modelo schumpeteriano nos países de capitalismo periférico, a partir da “constatação” de que esses países alcançaram condições mínimas de desenvolvimento capitalista com a ampliação das classes médias (HUNTINGTON, 1994, p. 64).

O esvaziamento da participação popular permite o exercício do mandato do “representante” desprovido de qualquer controle pelos “representados”.¹¹ E, como advertiu Schumpeter, os eleitores devem respeitar a divisão de tarefas. Entretanto, não havendo controle popular, os eleitos não se sentem obrigados a cumprir as promessas eleitorais. Vale lembrar que esta “divisão de tarefas” implica a “profissionalização” da política e dos políticos.¹² Não é à toa que, sob as democracias procedimentais, os partidos políticos mais combativos do *status quo* foram se afastando de suas lutas históricas e passaram a assumir o jogo meramente institucional com uma plataforma político-ideológica neoliberal.¹³

Parece que, antevendo o que se passaria com os partidos políticos participantes dos processos institucionais, Schumpeter adverte:

Em determinadas épocas (...) todos os partidos adotarão um conjunto de princípios e plataformas, que podem ser característicos do partido que os adota e importante para seu sucesso, como as marcas de mercadorias que uma loja de departamentos vende são características suas e importantes para seu êxito. Mas a loja não pode ser definida em termos das marcas que vende, nem o partido definido em termos dos princípios que adota. O partido é um grupo cujos membros resolvem agir de maneira concertada na luta competitiva pelo

¹¹ Exceção feita aos grupos econômicos que, ao financiarem as campanhas eleitorais, tornam os mandatos vulneráveis: os parlamentares, por exemplo, temem a perda desse financiamento, pois “dependem” dele para a conquista de novo mandato. Com isso, muitos se dobram às exigências e aos interesses dos grandes grupos econômicos.

¹² Ao tecer uma análise minuciosa sobre o neoliberalismo chileno, Gómez Leyton (2008, p. 69) confirma, por outros meios, o que queremos assinalar: “La actividad política representativa, por ejemplo, queda encapsulada y monopolizada en los partidos políticos ‘conformes con el sistema’, los que tienen, a su vez, el control y la dirección política de la sociedad (...). En un escenario como este, la ciudadanía opta por retirarse a los espacios privados y automarginarse de toda participación social y política. De manera que la política institucionalizada se vuelve más elitista, la separación entre la ciudadanía y la clase política es cada vez mayor, provocando una profunda incomunicación entre ambos actores y sujetos de la democracia.”

¹³ Novamente ilustramos com o caso brasileiro, bastando observar a trajetória política e ideológica do Partido dos Trabalhadores, desde a sua fundação em 1980.

poder político. Se não fosse assim, seria impossível aos diversos partidos adotar exatamente, ou quase exatamente, os mesmos programas. E isso acontece, como todos sabem. Partido e máquina eleitoral constituem simplesmente a reação ao fato de que a massa eleitoral é incapaz de outra ação que não o *estouro da boiada*. (...) A psicotécnica da administração e da propaganda partidária, *slogans* e marchas patrióticas não constituem, pois, acessórios, mas a própria essência da política [grifos do autor] (SCHUMPETER, 1961, p. 344).

Os teóricos da democracia procedimental deixam muito claro o que pensam do regime democrático:

A democracia não significa nem pode significar que o povo realmente governa em qualquer dos sentidos tradicionais das palavras *povo* e *governo*. A democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que governarão. Mas, uma vez que decidir isso de maneira inteiramente não-democrática, devemos limitar nossa definição, acrescentando-lhe um outro critério para identificação do método democrático, isto é, a concorrência livre entre possíveis líderes pelo voto do eleitorado. *Um dos aspectos dessa definição pode ser expresso se dizemos que a democracia é o governo dos políticos* [grifos nossos] (SCHUMPETER, 1961, p. 346).

Se Schumpeter venceu o debate em torno da “democracia” – conforme afirma Huntington (1994, p. 16) –, então as classes populares foram derrotadas política e ideologicamente, já que, além de “excluídas” do regime democrático, são responsabilizadas pelas eventuais crises de “governabilidade”.¹⁴ Estas observações merecem, pelo menos, duas considerações: em primeiro lugar, embora Huntington não declare abertamente, o “debate” foi vencido, nos países periféricos, por meio da instauração de ditaduras militares que derrotaram as democracias constitucionais em diversos países da região. Em segundo lugar, as ditaduras “implodiram” os principais órgãos de representação política e ideológica dos trabalhadores, principalmente seus partidos e sindicatos. Evidentemente que não eliminaram, mas debilitaram suas forças, “abriram” espaço para a implantação

¹⁴ As frações hegemônicas não têm muitos motivos para comemorar a vitória – pelo menos sabemos que não é definitiva: desde os zapatistas no México, passando pelas lutas camponesas e indígenas no Peru, Equador e Bolívia, mais as resistências da Revolução Bolivariana de Chávez na Venezuela, e as lutas dos sem-terra no Brasil e dos piqueteiros na Argentina, tudo isso demonstra a potencialidade dos movimentos populares na América Latina que, bem ou mal, têm imprimido algumas derrotas políticas ao projeto neoliberal.

de “democracias procedimentais”.¹⁵

Macpherson adverte que, na doutrina elitista, a unidade básica e irreduzível são as “elites”, que constituem a parte essencial do processo democrático e ditam a “tabela de demandas de bens públicos” (1978, p. 93). E os eleitores (consumidores), que importância têm? Estes, simplesmente, “não decidem casos. Tampouco escolhem com independência, entre a população elegível, os membros do parlamento. Em todos os casos, a iniciativa depende do candidato que se apresenta à eleição e do apoio que possa despertar. Os eleitores se limitam a aceitar essa candidatura de preferência a outras, ou a recusar-se a sufragá-la” (SCHUMPETER, 1961, p. 343).¹⁶

A crônica desigualdade social em nossas sociedades cria apatia política, não se constituindo, como desejam os “elitistas”, numa variável independente. Embora verdadeira e desejável para esses teóricos, a apatia não se tem traduzido em plena passividade das classes populares à implementação do projeto neoliberal na América Latina. É bem provável que, em alguns momentos decisivos, certo grau de apatia tenha facilitado a implementação das políticas de livre mercado, mas, seguramente, o “método democrático” imposto ao subcontinente latino-americano – com o afastamento das massas dos processos decisórios – tem causado mal-estar político, social e econômico entre as classes populares.

Esse “método” procura se equilibrar sobre uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais e “só continuará sendo aceito como modelo justificativo adequado, enquanto (...) continuarmos aceitando a opinião de

¹⁵ Schumpeter não é o único teórico elitista, conquanto Huntington se apóie basicamente nele para sustentar a “democracia realmente existente”. Robert Dahl (1989; 1997), por exemplo, não obstante se considere um “pluralista” e apresente diferenças teóricas em relação a Schumpeter, defende, assim como este último, a democracia como método para a escolha das elites competitivas. Por falta de espaço, não apresentamos seu escopo teórico, apenas nos referimos, de forma sumária, a ele naquilo que é substancialmente parecido com as teses schumpeterianas.

¹⁶ No regime democrático-capitalista, há mecanismos que desvirtuam a representatividade do processo eleitoral. Em outras palavras, o colapso da representatividade começa no momento pré-eleitoral do processo político e é já “no nível da dinâmica intrapartidária de definição das candidaturas que se registra uma baixa participação da maioria social”. O pensamento conservador contribui para o entendimento do funcionamento desse regime, na medida em que reconhece que “não são os eleitores que elegem o deputado; e sim, em geral, é o deputado que se faz eleger pelos eleitores”. Além disso, “toda candidatura é sempre obra de uma minoria organizada que impõe fatalmente as suas vontades à maioria organizada” (MOSCA *apud* SAES, 2000, p. 27).

que [ele é] a única alternativa para (...) um Estado não-liberal inteiramente totalitário” (MACPHERSON, 1978, p. 94).

Finalmente, se os procedimentalistas se pretendem descritivos das relações sociais concretas, ao enfatizarem a tomada de decisões pelas várias elites ocultam a não-tomada de decisões (McLELLAN, 1987, p. 101). Seus teóricos, preocupados com o “mal-estar” da democracia clássica, formularam uma teoria que desvaloriza a idéia de participação popular. Assim, a concepção pluralista é uma ideologia que se baseia numa desconfiança profunda na maioria dos homens e das mulheres comuns, e numa confiança nas elites constituídas para a manutenção dos valores de civilidade e das “regras do jogo” da democracia (BACHRACH *apud* McLELLAN, 1987, p. 103-104).

Como a década de 1990 se constituiu na ampliação e/ou no aprofundamento do projeto neoliberal na América Latina, não podemos deixar de mencionar o caráter inevitavelmente normativo da teoria elitista “e o que pretende ser uma generalização da experiência da política americana transforma-se numa aprovação do *status quo*. Isto não quer dizer que o pluralismo é necessariamente falso ou errado mas que ele não possui autoridade óbvia que acompanharia uma afirmação descritiva ou factual” (McLELLAN, 1987, p. 104). A teoria pluralista executa uma verdadeira operação ideológica: mais do que descrever, quer aprovar o *status quo*, ou melhor, descreve-o para “aprová-lo”.

ANÁLISE ALTERNATIVA À “DEMOCRACIA REALMENTE EXISTENTE”

A democracia, sob qualquer ponto de vista teórico, é seguida por alguma adjetivação. Eis alguns exemplos amplamente conhecidos: democracia direta, social, burguesa, parlamentar, do bem-estar social, competitiva, populista, desenvolvimentista, participativa, representativa, ateniense, empírica, poliárquica, protetora, liberal, procedimental, maximalista, minimalista, nacional, clássica, moderna, formal, real (não-formal), dos grupos financeiros (transnacionais), restrita, socialista, operária, popular, delegativa, madisoniana, excludente, como valor universal, de baixa (ou alta) intensidade, condicional, tutelada, de massa etc.¹⁷ De todas essas adjetivações, preferimos qualificar os atuais regimes democráticos

¹⁷ Parte das adjetivações aqui utilizadas pode ser encontrada em Held (1987), no seu livro *Modelos de democracia*.

latino-americanos como *democracias burguesas* (limitadas) e, pelo seu caráter classista, discordamos que a democracia tenha um valor universal.¹⁸

A democracia é uma forma particular de organização dos diversos tipos de Estado de classe, tanto pré-burgueses quanto burgueses. Defendemos que numa sociedade dividida em classes sociais antagônicas, como a capitalista, os valores são de classe e a democracia burguesa é uma das formas de dominação. O regime democrático “oculta” a dominação de classe da burguesia sobre as classes populares, principalmente pelo mecanismo jurídico-político da igualdade entre os indivíduos:

O Estado capitalista oculta sistematicamente, ao nível das instituições políticas, o seu caráter político de classe: trata-se, no sentido mais autêntico, de um Estado popular-nacional-de-classe. Este Estado apresenta-se como a encarnação da vontade popular do povo-nação, sendo o povo-nação institucionalmente fixado como conjunto de “cidadãos”, “indivíduos”, cuja unidade o Estado capitalista representa, e que tem precisamente como substrato real esse efeito de isolamento que as relações sociais econômicas do M. P. C. [modo de produção capitalista] manifestam (POULANTZAS, 1977, p. 129).

Considerando-se todas as contribuições teóricas sobre a democracia expostas até o momento, muitas delas permitem uma maior compreensão do funcionamento da “democracia realmente existente”, mesmo quando ocultam determinados fatos ou características desse funcionamento. Entretanto, quando analisamos o processo de democratização latino-americano e, *a posteriori*, o regime resultante desse processo, sentimos falta de algumas questões que consideramos fundamentais: de um lado, uma análise da democracia a partir da estrutura de classes dos países capitalistas dependentes no subcontinente latino-americano; de outro, uma discussão da forte contradição entre democracia e capitalismo.¹⁹

Indicamos anteriormente que, após uma breve discussão sobre a “teoria elitista”, passaríamos a analisar a democracia como forma de Estado e como regime político. Entendemos que, na ciência política marxista, encontram-

¹⁸ O principal teórico da democracia como valor universal é Carlos Nelson Coutinho que, nos anos 1980, abriu um verdadeiro divisor de águas no seio das esquerdas. Praticamente todos os setores se viram obrigados a se posicionarem favoráveis ou contrários às principais teses propostas por Coutinho (1980).

¹⁹ Como advertido inicialmente, a ênfase da discussão é mais teórica que “empírica”, portanto só nos utilizaremos de argumentos “empíricos” eventualmente a título de ilustração.

se alguns elementos teóricos eficazes que apontam para os limites estruturais da democracia burguesa e, em conseqüência, da sua instabilidade política. Ao contrário dos “elitistas”, a teoria marxista da democracia não procura justificá-la nem tampouco legitimá-la.

Se os defensores elitistas do método democrático exauriram da democracia os elementos considerados “excessivos”, das análises marxistas também estarão ausentes termos como “liberdade”, “legalidade”, “igualdade” etc. Isso apenas sugere que ambas as teorias recuperaram a expressão *democracia* para a análise dos Estados concretos (SAES, 1987, p. 27), obviamente com objetivos distintos.

O regime democrático é compatível com a forma democrática do Estado, bem como o regime autocrático é compatível com a forma autocrática do Estado. Desse modo, a democracia burguesa é um padrão de organização interna das atividades estatais e um modo de relacionamento entre o corpo de funcionários e a classe exploradora, no terreno da implantação da política de Estado:

A democracia, como forma de Estado, implica a presença de algum órgão de representação direta da classe exploradora no seio da organização estatal total, mas não se resume a isto. Para que haja democracia, em qualquer tipo histórico de Estado (escravista, asiático, feudal, burguês), é preciso também que tal órgão, quando existente, intervenha de fato no processo de definição/execução da política de Estado. Isto é: não basta que o Estado abrigue uma Assembléia, onde se reúnam todos os membros da classe exploradora ou os seus delegados, para que haja democracia. Se tal Assembléia não for capaz de intervir efetivamente no processo decisório, e se estiver reduzida ao desempenho de um papel decorativo, a forma assumida pelo Estado não é a democrática (SAES, 1987, p. 23).

A democracia enquanto regime político consiste na configuração da *cena política* correlata à forma democrática de Estado (SAES, 1987, p. 24). A *cena política* democrática diz respeito à vigência efetiva das liberdades políticas para o conjunto dos membros da classe exploradora. Nesse sentido, o regime democrático não é “a efetividade do ‘pluralismo partidário’ ou da ‘competição entre forças civis’, mas o elenco de possibilidades objetivas abertas pelo Estado, na sua forma democrática, à ação organizada – divergente ou consensual – dos membros da classe exploradora, com vistas a intervir de fato no processo decisório estatal” (SAES, 1987, p. 25).

Apartir dessas bases teóricas, explicitaremos sinteticamente as características substanciais do Estado democrático-burguês e da democracia burguesa: o Estado

é burguês quando, de um lado, “define todos os homens, independentemente de sua posição no processo social de produção (classe exploradora, classe explorada), como seres capazes de praticar atos de vontade, e quando, de outro, não existe qualquer barreira formal ao ingresso de membros da classe explorada fundamental (para não falarmos das demais classes populares) no seu corpo de funcionários” (SAES, 1987, p. 50). O Estado concede cidadania política aos membros de todas as classes sociais, pois, não há lugar, nesse tipo de Estado, para a cidadania restrita. Além disso, o Parlamento é um órgão de representação direta das classes dominantes que, juntamente com a burocracia estatal, implementa as políticas estatais. Quando o Parlamento elabora e implementa as políticas estatais nessas condições, a forma do Estado burguês é democrática. Em relação ao regime, é democrático quando “designa o conjunto de condições mínimas – as chamadas liberdades políticas – que facultam aos membros de todas as classes sociais (e não apenas àqueles da classe exploradora e das classes intermediárias aliadas, como nas democracias pré-burguesas) a organização partidária com vistas à indicação dos integrantes do Parlamento burguês” (SAES, 1987, p. 61-62).²⁰

Ressaltamos anteriormente que a ordem capitalista pode prescindir do regime democrático para o seu desenvolvimento. Sobre isso, há vários exemplos históricos de Estados capitalistas que se desenvolveram sob ditaduras nazifascistas, bonapartistas e militares. Não podemos também esquecer que “toda a forma democrática de Estado capitalista comporta tendências totalitárias” (POULANTZAS, 1990, p. 241), ou seja, as classes dominantes se utilizam de dispositivos institucionais preventivos diante do crescimento das lutas populares e dos perigos que elas representam para a hegemonia burguesa.

Os mecanismos autoritários presentes nos regimes democráticos podem se desdobrar numa outra faceta dos Estados burgueses democráticos, uma espécie de “estatismo autoritário”. Para Poulantzas, o “estatismo autoritário” ao mesmo tempo em que mantém uma fachada democrática, não é simplesmente fruto de determinadas conjunturas:

Este verdadeiro arsenal que não é simplesmente de ordem jurídico-constitucional, não aparece sempre em primeira linha no exercício do poder:

²⁰ As liberdades políticas, nas democracias burguesas, não são irreais, como muitos podem imaginar. Entretanto, elas estão formalizadas na lei, e ao Estado cabe assegurá-las: “Essas liberdades são, portanto, formais, reais e concretas. Um regime político burguês só é efetivamente democrático quando o Estado assegura de fato as liberdades políticas (expressão, reunião, organização partidária) codificadas pelos textos legais” (SAES, 1987, p. 62).

ele se manifesta sobretudo, pelo menos para a grande massa da população (...), por manobras que parecem falhas em seu funcionamento. Mas esse arsenal, dissimulado, continua como reserva da república, apto a ser posto em funcionamento num movimento de fascistização (POULANTZAS, 1990, p. 242).

Além de manter certa legalidade democrática, o “estatismo autoritário está baseado por meio das transformações de relações de produção, de processos e da divisão social do trabalho, em modificações consideráveis nas relações de classe (...)” (POULANTZAS, 1990, p. 243). O acerto teórico dessas formulações pode ser constatado com a implantação das políticas neoliberais na América Latina: enquanto se legitimavam pelas urnas, precarizavam as condições de trabalho e de vida das classes populares. E, para garantir sua implementação e os interesses das classes dominantes, os Estados latino-americanos não têm medido esforços para criminalizar as resistências populares ao neoliberalismo.

Os Estados dependentes da região aplicaram políticas condizentes com os interesses do capital imperialista e se colocaram em conflito com vários movimentos sociais. Em decorrência dessas contradições políticas, o apoio ao projeto neoliberal não tem sido homogêneo. Nem todas as classes ou setores de classe apóiam irrestritamente as medidas adotadas. O apoio irrestrito ao projeto neoliberal se limita aos representantes do capital imperialista, uma vez que as outras frações não-hegemônicas apóiam somente partes dele, o mesmo ocorrendo com os setores do médio capital e das classes populares. Para seguirem implementando as políticas neoliberais, os governos eleitos recorrem, com uma freqüência descabida, à repressão policial e à criminalização judicial dos movimentos populares. Além disso, governam por meio de medidas legislativas que atropelam a soberania dos parlamentos. Nesses tempos de neoliberalismo, as crises de hegemonia não têm sido solucionadas por golpes militares, mas por governos civis eleitos e truculentos.²¹

²¹ Referimo-nos principalmente aos governos eleitos nos anos 1990 e 2000, como Cardoso (Brasil), Menem e De La Rúa (Argentina), quando se observam graves episódios de repressão policial aos movimentos sociais. No Brasil, os episódios mais graves foram os massacres policiais ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em Corumbiara (RO), a 9 de agosto de 1995, e em Eldorado dos Carajás (PA), a 17 de abril de 1996. Na Argentina, sob o governo De La Rúa, há pelo menos três casos emblemáticos: em General Mosconi (Salta), a 9 de maio de 2000, quando o governo federal enviou mais de 1500 homens da polícia federal – a temida *Gendarmería* – para reprimir os piqueteiros; a 10 de novembro de 2000, em Tartagal (Salta), a polícia assassinou Aníbal Verón em um “corte de ruta”; e a 17 de junho de 2001, na mesma cidade, são assassinados Osmar Barrios e Carlos Santillán. Ademais, não podemos deixar de mencionar outro episódio estarrecedor,

Agora, passamos a algumas considerações quanto à relação entre democracia e capitalismo. Para Boron, por exemplo, tal relação não é só conflitiva no plano teórico,

mas a prática histórica demonstra a dificuldade de garantir sob o capitalismo a vigência de um regime democrático burguês. Os “excessos de democracia” não se ajustam às necessidades de reprodução ampliada do capital, e o curto ciclo histórico em que o capitalismo presumia haver adotado para sempre as formas políticas da democracia burguesa também se interrompeu. Tanto é assim que não só a análise marxista chega a essa conclusão; os próprios teóricos do capital compartilham esse diagnóstico, generalizando assim uma perspectiva “pessimista” acerca dos limites do capitalismo, não só em relação com suas possibilidades de desenvolver as forças produtivas sem destruir suas próprias condições para construir uma sociedade democrática e igualitária. É, em suma, o reconhecimento explícito de que, diante da crise política que converte em ingovernáveis as democracias, não será precisamente a burguesia que empreenderá a tarefa de reconstruir democraticamente o Estado (BORON, 1994, p. 113).

Bobbio, por sua vez, partindo de outra perspectiva teórica, ressalva que

um Estado liberal não é necessariamente democrático: ao contrário, realiza-se historicamente em sociedades nas quais a participação no governo é bastante restrita, limitada às classes possuidoras. Um governo democrático não dá vida necessariamente a um Estado liberal: ao contrário, o Estado liberal clássico foi posto em crise pelo progressivo progresso de democratização produzido pela gradual ampliação do sufrágio até o sufrágio universal (BOBBIO, 1988, p. 7-8).

Nos estritos limites da ordem burguesa, democracia e capitalismo são compatíveis apenas quando as classes dominantes conseguem manter a dominação sem fissuras no sistema capitalista. Mas, quando ocorre o inverso, ou seja, se no terreno das disputas políticas com as classes dominadas a ordem burguesa não pode ser assegurada, a democracia é incompatível e pode ser refutada. Por isso, sustentamos que o modelo de dominação neoliberal, ao provocar a polarização da luta de classes entre dominantes e classes populares, tende a descartar o

só que mais recente: a forte repressão policial em Oaxaca (México), sob o governo de Ulises Ruiz que, nos 18 primeiros meses de sua gestão (a partir de dezembro de 2004), encarcerou mais de 600 militantes políticos e contabilizou aproximadamente 35 mortes por conflitos políticos ou agrários (TORRES, 2006, p. 237). Isto sem falar do aparato repressivo contra as mobilizações populares que tomaram conta da cidade a partir de uma greve de professores.

regime democrático. A democracia burguesa, mesmo limitada, “oferece” melhores condições políticas aos dominados para desmascararem a dominação de classe: objetivamente, o neoliberalismo, ao agravar a concentração de renda e a centralização do capital, fornece elementos políticos e ideológicos para uma contestação cada vez maior das classes populares. Esse processo não é inexorável, mas dependendo da correlação de forças e da potencialidade de luta das classes populares, a democracia pode ser descartada pela burguesia.

Lênin, ao se referir à luta proletária sob o regime democrático-burguês, formulou a seguinte questão:

A onipotência da “riqueza” também está mais segura numa república democrática porque não depende de determinados defeitos do mecanismo político, do mau invólucro político do capitalismo. A república democrática é o melhor invólucro político possível para o capitalismo, e por isso o capital, depois de se ter apoderado [...] deste invólucro, que é o melhor, alicerça o seu poder tão solidamente, tão seguramente, que nenhuma substituição, nem de pessoas, nem de instituições, nem de partidos na república democrática burguesa abala este poder (LÊNIN, 1985, p. 198).

E, mais adiante, afirma: “Somos pela república democrática como a melhor forma de Estado para o proletariado sob o capitalismo, mas não temos direito de esquecer que a escravatura assalariada é o destino do povo mesmo na república burguesa mais democrática” (LÊNIN, 1985, p. 203).

Em suas observações, Lênin sintetiza o problema que levantamos sobre a contradição entre democracia e capitalismo em determinadas circunstâncias históricas. Ele alerta que a democracia burguesa tanto pode servir como instrumento de dominação ideológica sobre as classes populares quanto possibilitar o desenvolvimento da consciência revolucionária dessas mesmas classes. Sabemos que a contradição inerente à democracia burguesa, por exemplo, entre a igualdade política formal e a desigualdade econômica e material, é insuficiente para revelar às classes populares a existência de um processo de exploração do capital sobre o trabalho. Entretanto, tal contradição pode fornecer aos setores mais esclarecidos das classes populares

a chave do enigma do Estado: o seu caráter de classe. A impossibilidade de o proletariado usar plenamente – ao contrário da burguesia – das liberdades políticas leva-os a tomar consciência de que a relação entre o Estado e o interesse geral da sociedade é puramente ilusória, imaginária; e de que o

Estado é, fundamentalmente, uma organização a serviço da classe dominante (SAES, 1994, p. 171).

Huntington (1994), ao defender os procedimentos eleitorais, não admite a possibilidade de as classes populares associarem os governos eleitos aos mecanismos de dominação política do Estado burguês-democrático ou, pelo menos, não quer que isso ocorra. Para ele, o descontentamento popular, na democracia, é contra o governante e não contra o regime, já que o povo associa o “mau” desempenho ao governo enquanto o regime tende a permanecer intacto, pois apresenta a possibilidade de troca dos governantes. Daí a importância de o povo distinguir o regime, dos governos e governantes (HUNTINGTON, 1994, p. 255). Contudo, adverte que “as novas democracias estão num beco sem saída: sem legitimidade, não podem ser eficientes; sem eficiência, não podem desenvolver legitimidade” (HUNTINGTON, 1994, p. 253). As crises sociais e econômicas enfrentadas pelos países dependentes, segundo Huntington (1994, p. 254), não são suficientes para derrubá-las, pois a “engenharia política pode, em medida substancial, ser um substituto para a falta de condições econômicas e sociológicas para a democracia nas nações do Terceiro Mundo”. O autor, entretanto, sabe que o apoio à democracia pode oscilar para baixo por conta da perda de confiança popular na capacidade dos governos de tratar os problemas graves. Diante disso, o que manterá a vitalidade do regime? O ciclo eleitoral: primeiro, apresentando-o como um mecanismo para se evitar a tirania; segundo, através dele se renovam as esperanças de que os problemas têm solução. No entanto, na visão do porta-voz do *establishment* americano, esses problemas são insolúveis e, nessa mesma lógica, o objetivo da democracia procedimental não é resolvê-los.²²

²² São oito os principais problemas contextuais – e não estruturais – enfrentados pelas novas democracias: 1. *rebeliões* (El Salvador, Guatemala, Peru, Filipinas); 2. *conflitos étnicos/comunais* (Índia, Nigéria, Paquistão, Romênia, Sudão, Turquia); 3. *pobreza extrema* (Bolívia, El Salvador, Guatemala, Honduras, Índia, Mongólia, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Sudão); 4. *graves desigualdades sócio-econômicas* (Brasil, El Salvador, Guatemala, Honduras, Índia, Paquistão, Peru, Filipinas); 5. *inflação crônica* (Argentina, Brasil, Hungria, Nigéria, Peru, Filipinas, Polônia, Uruguai); 6. *dívida externa substancial* (Argentina, Brasil, Hungria, Nigéria, Peru, Filipinas; Polônia, Uruguai); 7. *terrorismo* (Espanha, Turquia); 8. *grande envolvimento do Estado na economia* (Argentina, Brasil, Bulgária, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Índia, Mongólia, Nicarágua, Peru, Filipinas, Polônia, Romênia, Espanha, Turquia) (HUNTINGTON, 1994, p. 249). Diante desses problemas graves, as novas democracias conseguirão resolvê-los? Segundo Huntington (1994, p. 250-257), não, porque são de impossível solução. Claro, solucioná-los implica uma mudança no padrão de acumulação do capital implantado pelas ditaduras militares e aprofundado pelos governos eleitos nos anos 1980 e 1990.

Stiglitz, um dos formuladores do receituário de “livre mercado” na atualidade, não oculta o fracasso do “modelo”:

Se a globalização não logrou êxito em reduzir a pobreza, também não teve sucesso em garantir a estabilidade. As crises na Ásia e na América Latina têm ameaçado as economias e a estabilidade de todos os países em desenvolvimento. (...) A globalização e a introdução de uma economia de mercado não geraram os resultados prometidos na Rússia nem na maior parte das outras economias que fizeram a transição do comunismo para o capitalismo. Esses países foram informados pelo Ocidente de que o novo sistema econômico que estavam adotando lhes traria uma prosperidade sem precedentes. Em vez disso, ele lhes trouxe um estado de pobreza nunca antes visto: em muitos aspectos, para a maioria das pessoas, a economia de mercado provou ser ainda pior que aquilo que seus líderes comunistas haviam previsto (Stiglitz, 2002, p. 32).

Se os teóricos do capital admitem que criaram mal-estar econômico, político e social aos países dependentes, representantes das frações não-hegemônicas do capital afetados pelas políticas de “ajuste” afirmam que “la globalización se ha transformado en la Argentina en la excusa para imponer a la gente y al sector productivo medidas de ajuste que favorecen a la banca o a los acreedores internacionales” (RIAL, 2001, p. 135). **Mais adiante, o autor critica a hegemonia neoliberal**, afirmando que “el predominio del capital financiero y la actividad especulativa a nivel mundial sirven (...) de sostén a las visiones globalistas extremas que, abstrayendo el fenómeno del conjunto de los procesos económicos, sociales y políticos, dan por desaparecidos los espacios económicos nacionales. Estas visiones responden más a la óptica del rentista que a la del empresario vinculado al proceso productivo” (RIAL, 2001, p. 136).

Estas críticas são de um médio empresário argentino em rota de colisão com os protagonistas do “livre mercado”: “Mercado y Estado, planificación económica e iniciativa empresarial, no pueden seguir planteándose como términos antitéticos, irreconciliables” (RIAL, 2001, p. 137).

Não acreditamos que seja necessário nos estendermos muito na contradição entre democracia e capitalismo, mas a questão é que os governos eleitos estão sujeitos às imposições políticas e econômicas de organismos internacionais. Com significativa perda de soberania (interna e externa), são “obrigados” a dar prioridade absoluta

al pago de sus enormes deudas externas y/o internas y a acatar las indicaciones (y las condicionalidades) del Fondo Monetario Internacional (FMI) o del Banco Mundial, independientemente de cualquier compromiso que hayan asumido con los votantes y aun de las necesidades más urgentes de éstos. (...) Se trata de políticos que, en general y so pretexto de las exigencias de la globalización o del temor a la fuga de capitales, aceptan sumisamente los pesados condicionamientos que les imponen las fuerzas económicas dominantes (NUN, 2001, p. 153).

Os países latino-americanos estão submetidos a essas condições draconianas de sobrevivência, e as conseqüências políticas são praticamente inevitáveis: “No es extraño, entonces, que la democracia representativa que se presenta aquí como viable se esté volviendo cada día menos atractiva para amplios sectores de la población. Así, si es cierto que una mayoría de los latinoamericanos la sigue prefiriendo a cualquier otro régimen (...), apenas uno de cada tres se dice satisfecho con el modo en que funciona” (NUN, 2001, p. 153).

Se, de fato, o regime político é resultado da relação de forças no seio do bloco no poder e deste com as massas populares, historicamente sabemos que, quando as forças populares colocam em risco a hegemonia das classes dominantes, a burguesia se alia imediatamente às forças militares para imprimir-lhes uma derrota.²³ Segundo Petras (2000, p. 210), “não há registro de casos em que a classe capitalista tenha concordado com legislação que fizesse grandes avanços sobre o poder e as prerrogativas da propriedade”. Há vários exemplos disso, não obstante o golpe militar no Chile, em 1973, seja o mais lembrado. Entretanto, em outras situações, os governos eleitos sequer propuseram mudanças radicais nas estruturas fundiária, econômica ou da propriedade privada. Foram golpeados por proporem reformas: Finlândia, em 1918; Guiana, em 1953 e 1964; Guatemala, em 1954; Irã, em 1954; Haiti, em 1991 e 1994; Nicarágua, em 1989; Alemanha, em 1933; Espanha, em 1936 (PETRAS, 2000, p. 210-226).²⁴

²³ Isso sem falar que as crises internas no seio do bloco no poder também podem colocar em risco a sobrevivência da democracia.

²⁴ Na maioria dos casos analisados, os governos eleitos democraticamente propunham reformas constitucionais que visavam, entre outros pontos, melhorar as condições de vida e trabalho dos trabalhadores, limitar o papel das multinacionais, realizar a reforma agrária, frear o excessivo poder da *United Fruit Company* [caso guatemalteco], restringir a ação de empresas petrolíferas [caso iraniano], restringir o poder absoluto e os privilégios dos militares e aplicar políticas nacionalistas [caso haitiano] (PETRAS, 2000, p. 210-226).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Como dissemos inicialmente, embora as classes dominantes na América Latina obtivessem “êxito” institucional ao “esvaziarem” a participação popular das “democracias procedimentais”, não conseguiram eliminar as demandas populares por uma melhor distribuição da riqueza socialmente produzida.

Dos anos 1990 para cá, o subcontinente latino-americano viu-se convulsionado por rebeliões populares, greves, motins, bloqueios de estradas, ocupações de terra, massacres de desempregados etc., isto é, a democracia instaurada juntamente com o projeto neoliberal vêm produzindo fortes tensões sociais. Em países dependentes como os nossos, o neoliberalismo desfavorece a estabilidade política. Alguns exemplos: na *Argentina*, ao mesmo tempo em que Menem foi eleito, surgiram os *piqueteiros*, que têm como principal arma de luta o “bloqueio de estradas” e como bandeira o “emprego”.

No *Brasil*, com as eleições de Collor de Mello (1989) e de Cardoso (1994), o projeto neoliberal foi recepcionado por um movimento social relativamente recente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que se destacou no cenário nacional como principal opositor à implantação das políticas liberalizantes. Sua principal bandeira é a reforma agrária e a arma de luta são as ocupações de terras improdutivas.

No *México*, o neoliberalismo ganha força com o governo de Miguel de la Madrid (1982-1988) e, em seguida, Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), ao assinar o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, deixando claro o engajamento do país aos propósitos neoliberais. A resistência popular foi imediata: o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), de armas nas mãos, tomou 38 municípios no primeiro dia de vigência do acordo (01/01/1994).

Em relação ao *Equador*, em 1986 os índios equatorianos fundaram a Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE) e, quatro anos depois, em 1990, ocorre o primeiro levante popular: milhares de índios paralisaram as estradas e os acessos às principais cidades do país, exigindo do governo a solução para os conflitos de terras. Em 1997, um novo levante indígena destituiu o presidente Abdalá Bucaram e, três anos depois, depõem Jamil Mahuad. Em 2002, vence o coronel Lucio Gutiérrez, apoiado pela CONAIE e outros movimentos sociais, mas renunciou em 2005 sob fortes protestos populares. Mais recentemente, a três de março de 2008, o atual presidente Rafael Correa teve seu território violado pela Colômbia, que executou alguns guerrilheiros das FARC

(Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) juntamente com civis, entre eles, estudantes mexicanos. A *Colômbia*, por sua vez, vive sob uma guerra civil que se arrasta por mais de 40 anos, sem previsão de seu desfecho. De um lado, as FARC-EP (Exército Popular) lutando em nome do socialismo e “controlando” quase metade do território daquele país; de outro, estão o governo, os latifundiários, os “paramilitares” e, como sempre, a CIA norte-americana.

Não é muito difícil detectar a presença da CIA em outras partes desse tão subjugado continente: na *Venezuela*, ela forjou todos os meios disponíveis para destituir o governo eleito de Hugo Chávez. Mesmo tendo sido sufragado pelo voto em pelo menos duas oportunidades – em sua eleição em 1998 e no plebiscito de agosto de 2004, que o confirmou na presidência do país –, os Estados Unidos não param de acusá-lo de ditador e aliado de Cuba. Quer dizer, seguem apostando na desestabilidade política do país.

E, por fim, uma palavra sobre a *Bolívia*: seu futuro político imediato parece incerto, pois as oligarquias do rico departamento de Santa Cruz de la Sierra não aceitaram a eleição de Evo Morales, líder camponês e indígena, do *Movimiento al Socialismo* (MAS), e promovem uma ação separatista, denominada “referendo da autonomia”, uma iniciativa ilegal, contrária à Constituição e à unidade territorial. As oligarquias bolivianas, com apoio dos EUA, estão se armando para um possível enfrentamento armado.

Pode-se dizer que, se na América Latina há uma difícil convivência entre neoliberalismo e democracia, esta última tem vivido momentos de agruras, um verdadeiro mal-estar democrático. Torna-se difícil, portanto, fazer qualquer prognóstico sobre até quando a “democracia procedimental” sobreviverá entre nós.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry.. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BORON, Atilio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

_____. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

FINLEY, Moses. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GÓMEZ LEYTON, Juan Carlos. Política y ciudadanía en una sociedad neoliberal avanzada, Chile 1990-2007. *Cuadernos del CENDES*, Año 25, nº 67. Santiago de Chile enero-abril, 2008.

HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984.

HELD, David. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. The United States. In: CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel Phillips; WATANUKI, Joji. *The crisis of democracy: report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*. New York: New York University Press, 1975.

LÊNIN, Vladimir Ilich. O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. In: *Obras escolhidas*. Vol. 3. Moscou: Edições Progresso; Lisboa: Edições “Avante!”, 1985.

MACPHERSON, Crawford Brough. *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

McLELLAN, David. *A ideología*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

NUN, José. *Democracia: ¿Gobierno del pueblo o gobierno de los políticos?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

PETRAS, James. *Clase, Estado y poder en el Tercer Mundo: casos de conflictos de clases en América Latina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1993.

_____. *Globaloney: el lenguaje imperial, los intelectuales y la izquierda*. Buenos Aires: Antídoto, 2000.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RIAL, Osvaldo H. *La dictadura econômica*. Buenos Aires: Galerna, 2001.

SAES, Décio. Cidadania e capitalismo (uma abordagem teórica). *Revista de Estudos Avançados*, nº 8. São Paulo, abril, 2000.

_____. *Democracia*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: IFCH, 1994.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Siciliano/Ed. Futura, 2002.

TORRES, Carlos Bea. Oaxaca, una rebelión plebeya. *Observatorio Social de América Latina*. Buenos Aires, Año VII, nº 21, septiembre-diciembre, 2006.